

## **Plano Brasil Maior foi insuficiente, diz analista**

*Thais Carrança*

O chamado "custo Brasil", a falta de investimentos em inovação tecnológica, a alta taxa de juros na captação de recursos para investir e a ausência de uma política clara de internacionalização das empresas. Estes são os fatores apontados pelo professor de Finanças e Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Adriano Gomes, como fundamentais para explicar o processo de desaceleração do crescimento em alguns setores da indústria, como têxtil, plástico e químico, frente à cada vez maior entrada de importados.

"O Brasil tem um verdadeiro 'cipoal' tributário, um sistema caótico e anacrônico, que penaliza toda a cadeia produtiva. Mas a manufatura tem uma carga de impostos superior e, além disso, o governo, através da substituição tributária, transferiu para a indústria o pagamento do ICMS da cadeia inteira. Além do peso da carga tributária em si, há a dificuldade de acompanhamento e interpretação e a burocracia para o cumprimento dessas exigências", ressalta o professor.

Para ele, o empresariado brasileiro é extremamente desarticulado e não consegue dar respostas coletivas aos problemas, unindo-se em torno de reivindicações comuns para serem apresentadas ao poder público. "É pela união dos empresários que a gente conseguirá de fato uma política melhor para os diversos setores. Mas enquanto isso não acontece, o que sobra são iniciativas individuais, desarticuladas, pontuais, sem de fato traçar um objetivo concreto", critica.

Gomes não acredita que o Plano Brasil Maior será suficiente para solucionar a questão. "Eu sou muito cético em relação a esse planos, eles me parecem carecer de objetivo definido. São necessárias metas claras, a definição de um responsável pela entrega dessas metas, de um prazo para seu cumprimento, e um levantamento dos recursos necessários para efetiva-las. Isso precisa ser discutido como em qualquer organização, detalhadamente, não pode ser apenas um nome bonito, tem que ser gerenciado".

**Fonte: DCI, São Paulo, 01 dez. 2011, Primeiro Caderno, p. A6.**